



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito (Licenciatura)

Unidade curricular

Direito do Trabalho II (2.º semestre, 4.º ano Dia)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Romano Martinez

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Pedro Madeira de Brito, Luís Gonçalves da Silva, Guilherme Dray e Cláudia Madaleno

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento de alguns aspectos especiais do regime laboral, com destaque para os acidentes de trabalho e cessação do contrato de trabalho, e desenvolvimento do regime laboral colectivo.

Conteúdos programáticos

Programa em anexo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Mediante a análise da realidade laboral (princípios, fontes e sujeitos) e do contrato de trabalho pretende-se transmitir o conhecimento teórico e prático do Direito do trabalho.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

Bibliografia principal

Romano Martinez, *Direito do Trabalho*, 7.ª edição, Coimbra, 2015 (e bibliografia aí citada), assim como Romano Martinez, Luís Miguel Monteiro, Joana Vasconcelos, Pedro Madeira de Brito, Guilherme Dray e Luís Gonçalves da Silva, *Código do Trabalho Anotado*, 10.ª edição, Coimbra, 2016.

Anexo Programa

Secção VIII – Não cumprimento

§ 50. Incumprimento definitivo, mora e cumprimento defeituoso

1. Noções comuns

2. Não cumprimento definitivo e mora imputáveis ao empregador

a) Indemnização



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- b)* Exceção de não cumprimento
 - c)* Garantias
 - d)* Benefícios conferidos ao trabalhador
 - e)* Consequências para o empregador
 - f)* Resolução do contrato
3. Cumprimento defeituoso imputável ao empregador
4. Não cumprimento imputável ao trabalhador
- a)* Regras gerais
 - b)* Mora e incumprimento definitivo imputáveis ao trabalhador
 - b.1)* Mora do devedor
 - b.2)* Mora do credor
 - b.3)* Incumprimento definitivo
 - c)* Cumprimento defeituoso da atividade
 - d)* Consequências; sanções disciplinares

§ 51. Prescrição

Secção IX - Acidentes de trabalho

§ 52. Aspetos gerais

1. Ideia geral e evolução
2. Acidente de trabalho e doença profissional
3. Prevenção do acidente; regras de segurança no trabalho

§ 53. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva

1. Generalidades
 - a)* Responsabilidade aquiliana comum
 - b)* Responsabilidade com culpa presumida
 - c)* Responsabilidade objetiva



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- d)* Agravamento da responsabilidade
 - e)* Responsabilidade civil emergente de acidentes de trabalho e autonomia privada
2. Facto gerador da responsabilidade; acidente de trabalho
- a)* Aspetos gerais
 - b)* Danos típicos
 - c)* Determinação do lesado
 - c.1)* Trabalhador dependente
 - c.2)* Trabalhador independente
 - d)* Local e tempo de trabalho
 - d.1)* Local de trabalho
 - d.2)* Tempo de trabalho
 - e)* Acidentes de percurso
 - f)* Execução de serviços espontaneamente prestados
 - g)* Serviços eventuais e de curta duração
3. Dano
4. Nexo de causalidade entre o facto e o dano
5. Indemnização
- a)* Aspetos gerais
 - b)* Reparação em espécie
 - c)* Reparação em dinheiro
 - d)* Determinação do montante
 - e)* Revisão do montante
 - f)* Vencimento
 - g)* Lugar do cumprimento
6. Garantia de cumprimento da indemnização
- a)* Inalienabilidade, impenhorabilidade e irrenunciabilidade da prestação
 - b)* Privilégio creditório



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Seguro

8. Causas de exclusão e de redução da responsabilidade

a) Cláusulas contratuais

b) Culpa do trabalhador

b.1) Dolo

b.2) Violação de condições de segurança sem causa justificativa

b.3) Negligência grosseira

b.4) Privação do uso da razão

b.5) Facto ou omissão do lesado

c) Força maior

d) Obrigações não excluídas

e) Responsabilidade de terceiros; direito de regresso

9. Ocupação e cessação do vínculo laboral em relação a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho

10. Prazos de exercício dos direitos

11. Processo

Secção X - Cessação

§ 54. Aspetos gerais

1. Regime comum

2. Particularidades no regime das relações duradouras

3. Relevo da cessação do contrato no domínio laboral

4. Regime geral da cessação do contrato de trabalho

a) Segurança no emprego

b) Evolução legislativa

c) Uniformidade e imperatividade do regime da cessação

d) Consequências de cessação

5. Causas de cessação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 55. Caducidade

1. Noção e causas
2. Regime específico; enunciação
3. Verificação do termo
4. Impossibilidade superveniente
 - a) Características da impossibilidade
 - b) Impossibilidade de o trabalhador prestar o seu trabalho
 - b.1) Aspetos comuns
 - b.2) Falta de título profissional
 - b.3) Cancelamento da autorização de permanência em Portugal de trabalhador estrangeiro
 - b.4) Incapacidade parcial e modificação do objeto negocial
 - c) Impossibilidade de o empregador receber o trabalho
 - c.1) Aspetos comuns
 - c.2) Morte ou extinção da pessoa coletiva
 - c.3) Encerramento da empresa
 - c.4) Insolvência do empregador
5. Reforma do trabalhador

§ 56. Revogação

1. Noção
 - a) Aspetos gerais
 - b) Breve excuro histórico
2. Forma e formalidades
3. Efeitos
 - a) Cessação do vínculo
 - b) Compensação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

c) Cessação do acordo de revogação

§ 57. Denúncia

1. Regime geral
2. Período experimental
3. Comissão de serviço
4. Denúncia com aviso prévio
5. Falta de aviso prévio; abandono do trabalho

§ 58. Resolução

1. Tipos
2. Resolução invocada pelo empregador
 - a) Noções comuns
 - a.1) Despedimento
 - a.2) Espécies de despedimento
 - a.3) Justa causa subjetiva e objetiva
 - b) Despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - b.1) Noção de justa causa (subjetiva)
 - α . Comportamento culposos; ilicitude
 - β . Insubsistência da relação de trabalho
 - γ . Exemplificação legal de comportamentos ilícitos
 - δ . Violação de outros deveres contratuais
 - b.2) Procedimento disciplinar
 - α . Identificação
 - β . Funcionamento
 - γ . Ónus da prova
 - δ . Suspensão preventiva do trabalhador
 - c) Despedimento coletivo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- c.1) Noção*
 - c.2) Apreciação dos fundamentos*
 - c.3) Procedimento*
 - c.4) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
 - d) Despedimento por extinção de posto de trabalho*
 - d.1) Noção*
 - d.2) Apreciação dos motivos*
 - d.3) Procedimento*
 - d.4) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
 - e) Despedimento por inadaptação*
 - e.1) Noção*
 - e.2) Procedimento*
 - e.3) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
 - f) Despedimento ilícito*
 - f.1) Aspetos gerais*
 - f.2) Suspensão preventiva*
 - f.3) Impugnação judicial*
 - f.4) Efeitos da ilicitude*
 - α. Aspetos gerais*
 - β. Indemnização*
 - 1) Danos patrimoniais
 - 2) Salários intercalares
 - 3) Danos não patrimoniais
 - γ. Reintegração*
 - δ. Indemnização em substituição da reintegração*
3. Resolução invocada pelo trabalhador
- a) Noção*
 - b) Resolução com justa causa*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

b.1) Comportamento ilícito do empregador

b.2) Causas objetivas

b.3) Ausência de justa causa

CAPÍTULO V

DIREITO COLETIVO

Secção I – Sujeitos das relações coletivas

§ 59. Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores

§ 60. Empresa

1. Papel da empresa nas relações coletivas

2. Intervenção dos trabalhadores na empresa

a) Intervenção económica

b) Comissões de trabalhadores

c) Conselhos de Empresa Europeus

3. Atividade sindical na empresa

§ 61. Associações sindicais

1. Aspectos gerais

a) Remissão

b) Importância dos sindicatos

c) Sindicatos e ordens profissionais

2. Princípio de liberdade sindical; monopólio e pluralismo sindical

a) Textos legais

b) Debate acerca do monopólio e do pluralismo sindical

c) Liberdade e direito de inscrição sindical



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Constituição

a) Processo

b) Estatutos

4. Organização sindical

a) Modalidades

b) Uniões, federações e confederações

5. Estrutura e funcionamento

a) Órgãos

b) Dirigentes sindicais; estatuto

c) Quotização sindical

6. Atividade sindical

a) Vertentes

b) Função reivindicativa

b.1) Aspetos gerais

b.2) Legitimidade e representatividade

c) Atividades extralaborais

7. Extinção

a) Causas

b) Regime

§ 62. Associações de empregadores

1. Noções gerais

2. Liberdade de associação

3. Constituição

a) Processo

b) Estatutos

4. Estrutura e funcionamento

5. Atribuições



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- a) Laborais
- b) Extralaborais

6. Extinção

Secção II – Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho

Subsecção I – Princípios gerais

§ 63. Regras comuns

- 1. Remissão
- 2. Regime previdencial

Subsecção II – Instrumentos negociais de regulamentação coletiva de trabalho

§ 64. Convenção coletiva de trabalho

- 1. Aspectos gerais
 - a) Noção
 - b) Enquadramento contratual
 - c) Tipos
- 2. Negociação
 - a) Legitimidade
 - b) Processo
- 3. Celebração e depósito
- 4. Conteúdo
 - a) Objeto da regulamentação coletiva
 - b) Cláusulas de conteúdo obrigacional
 - c) Cláusulas de conteúdo regulativo
 - c.1) Conceito e exemplificação
 - c.2) Cláusulas de aplicação imediata e cláusulas que carecem de concretização futura
 - d) Limites
- 5. Interpretação e integração



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. Aplicação

- a) Início da vigência
- b) Princípio da filiação
- c) Termo da vigência; caducidade

7. Natureza jurídica

- a) Teses em confronto
- b) Posição adotada

§ 65. Acordo de adesão

- 1. Noção
- 2. Regime
- 3. Natureza jurídica

§ 66. Decisão arbitral

- 1. Aspetos gerais
- 2. Arbitragem voluntária
- 3. Arbitragem obrigatória
- 4. Arbitragem necessária

Subsecção III - Instrumentos não negociais de regulamentação coletiva de trabalho

§ 67. Aspetos gerais

§ 68. Portaria de extensão

- 1. Noção
- 2. Pressupostos
- 3. Regime
- 4. Âmbito de aplicação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 69. Portaria de condições de trabalho

1. Noção
2. Pressupostos
3. Regime

§ 70. Natureza jurídica das portarias de extensão e de condições de trabalho

1. Regulamentos administrativos
2. Competência jurisdicional

Secção III - Conflitos coletivos de trabalho

§ 71 Aspetos gerais

1. Conflito coletivo; noção
2. Tipos

§ 72. Greve

1. Considerações prévias
 - a) Admissibilidade e limites
 - b) Enquadramento jurídico
2. Noção
 - a) Determinação
 - b) Abstenção de trabalhar
 - c) Concertação entre trabalhadores
 - d) Pluralidade de trabalhadores
 - e) Fins
3. Modalidades
4. Legitimidade para declarar e fazer a greve
 - a) Oportunidade
 - b) Princípio da boa fé



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- c) Responsabilidade civil
- 5. Cláusula de paz social
- 6. Declaração de greve; o aviso prévio
 - a) Tomada de posição; razões e conteúdo da declaração
 - b) Aviso prévio
- 7. Exercício do direito de greve
 - a) Adesão à greve
 - b) Piquetes de greve
- 8. Efeitos da greve
 - a) Suspensão dos efeitos principais do contrato
 - b) Dever de não substituição dos trabalhadores grevistas
 - c) Dever de retribuir os trabalhadores não aderentes à greve
 - d) Serviços mínimos
 - d.1) Razão de ser
 - d.2) Fixação
 - d.3) Requisição civil
 - d.4) Situação jurídica do trabalhador grevista que cumpre serviços mínimos
 - e) Consequências nas relações do empregador com terceiros
- 9. Greves ilícitas
 - a) Limitações ao exercício do direito de greve
 - a.1) Colisão de direitos
 - a.2) Causas de ilicitude da greve
 - a.3) Greves atípicas
 - b) Consequências da ilicitude
- 10. Proibição de *lock-out*
- 11. Cessação
- 12. Natureza jurídica



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 73. Resolução de conflitos coletivos

1. Negociação
2. Conciliação
3. Mediação
4. Arbitragem
5. Decisão judicial
6. Resolução governamental